

Mulheres nas Luzes

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador

Mário Sérgio Vasconcelos

Diretor-Presidente / Publisher

Jézio Hernani Bomfim Gutierre

Superintendente Administrativo e Financeiro

William de Souza Agostinho

Conselho Editorial Acadêmico

Luís Antônio Francisco de Souza

Marcelo dos Santos Pereira

Patricia Porchat Pereira da Silva Knudsen

Paulo Celso Moura

Ricardo D'Elia Matheus

Sandra Aparecida Ferreira

Tatiana Noronha de Souza

Trajano Sardenberg

Valéria dos Santos Guimarães

Editores-Adjuntos

Anderson Nobara

Leandro Rodrigues

Mulheres nas Luzes

Organização, tradução e notas
Regina Schöpke & Mauro Baladi



editora
unesp

© 2024 Editora Unesp

Direitos de publicação reservados à:
Fundação Editora da Unesp (FEU)

Praça da Sé, 108

01001-900 – São Paulo – SP

Tel.: (0xx11) 3242-7171

Fax: (0xx11) 3242-7172

www.editoraunesp.com.br

www.livrariaunesp.com.br

atendimento.editora@unesp.br



**AMBASSADE
DE FRANCE
AU BRÉSIL**

*Liberté
Égalité
Fraternité*

Cet ouvrage, publié dans le cadre du Programme d'Aide à la Publication année 2024 Carlos Drummond de Andrade de l'Ambassade de France au Brésil, bénéficie du soutien du Ministère de l'Europe et des Affaires étrangères.

Este livro, publicado no âmbito do Programa de Apoio à Publicação ano 2024 Carlos Drummond de Andrade da Embaixada da França no Brasil, contou com o apoio do Ministério francês da Europa e das Relações Exteriores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Elaborado por Odílio Hilario Moreira Junior – CRB-8/9949

S373m Schöpke, Regina (org.)

Mulheres nas Luzes / Regina Schöpke, Mauro Baladi; organizado por Regina Schöpke, Mauro Baladi; traduzido por Regina Schöpke, Mauro Baladi. – São Paulo: Editora Unesp, 2024.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5711-221-2

1. Filosofia. 2. Iluminismo. 3. História da filosofia. 4. Mulheres. 5. Pensadoras. 6. Mulheres filósofas. 7. Século das Luzes. 8. Filosofia ocidental. I. Baladi, Mauro. II. Título.

2024-2691

CDD 100

CDU 1

Editora afiliada:



Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

Sumário

- Introdução – As mulheres nas Luzes: os primórdios da revolução feminina . 7
Regina Schöpke
- Reflexões novas sobre as mulheres por uma dama da corte . 35
Marquesa de Lambert
- Apologia do belo sexo – Fábula com algumas reflexões curiosas e divertidas . 61
Cavaleiro de Cerfvol
- A apoteose do belo sexo . 103
André-François Boureau-Deslandes
- O triunfo do sexo feminino . 135
Joseph-Antoine-Toussaint Dinouart
- A mulher não é inferior ao homem – Dissertação na qual se prova que a mulher não é inferior ao homem . 171
Madeleine de Puisieux

- Ensaio sobre a educação das donzelas . 229
Adélaïde d'Espinassy
- Mulher – físico e moral . 261
Voltaire
- Ensaio sobre a saúde das moças núbéis . 279
Pierre Virard
- Memória em prol do sexo feminino contra
o sexo masculino . 305
Marie Armande Jeanne Gacon-Dufour
- Filosofia de uma mulher . 331
Anônimo
- Queixas e lamentações das mulheres
malcasadas . 361
Cailly
- Os preconceitos destruídos
(Das mulheres) . 393
Joseph-Marie Lequinio de Kerblay

Introdução

As mulheres nas Luzes: os primórdios da revolução feminina

O século XVIII, também conhecido como o “Século das Luzes”, representou, filosófica e politicamente, um profundo divisor de águas na história do Ocidente. Sem dúvida, a disseminação dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, que tanto embalararam os iluministas – especialmente os franceses – na crítica contra os abusos religiosos e políticos, fizeram desse movimento intelectual um fenômeno que se estendeu para muito além da Europa (como podemos constatar pelos episódios da Independência norte-americana e da Inconfidência mineira).

Para muitos estudiosos, o conceito de “esclarecimento” (*Aufklärung*) de Kant expressa a essência mais profunda do espírito das “Luzes” e do chamado “século da razão”, exatamente por conclamar os homens a saírem de seu estado de menoridade (a que estariam condenados por culpa deles próprios) e assumirem a responsabilidade por suas vidas e ações a partir do uso correto de seu entendimento. No entanto, são os franceses – como Voltaire, Diderot, Rousseau, Holbach etc. – que parecem ter entendido melhor a relação estreita que existe entre os indivíduos e o

campo social e histórico que os constitui, de modo que é no Iluminismo francês que a ideia da liberdade individual se apresenta inexoravelmente atrelada à luta por uma liberdade política e social — ou, em outras palavras, é ali que ela se encontra inseparável das circunstâncias concretas em que a vida humana se manifesta.

É por isso que, ainda que Kant tenha razão em acentuar a importância das letras para se atingir alguma liberdade, nem por isso o filósofo alemão avança, como os franceses, na crítica aos poderes instituídos que mantinham o povo apartado da educação, ou seja, aprisionado em uma ignorância que, como já bem diziam os antigos gregos, é a fonte de muitas superstições, preconceitos e fanatismos. Em resumo, a “ilustração” não costuma interessar aos poderes estabelecidos exatamente porque amplia a consciência crítica. E, afinal, como já mostravam filósofos como Epicuro e Espinosa, é preciso enfraquecer o outro para melhor dominá-lo.

É neste sentido que a diferença crucial trazida pelos iluministas franceses foi a ruptura com o encastelamento da filosofia (herança dos longos séculos da Idade Média), ao criar mecanismos poderosos de circulação do pensamento para além da própria elite letrada. Se isso não era suficiente para solucionar o problema da falta de uma educação para todos, ao menos fazia com que as ideias atingissem o máximo de pessoas possível, seja por meio de textos, a maioria clandestinos, seja oralmente. Em poucas palavras, é neste período do Iluminismo francês que vemos os filósofos se voltarem cada vez mais para o seu tempo e para o contexto social mais imediato, deixando em segundo plano as antigas querelas metafísicas. E foi assim que, abandonando a segurança e o conforto das cátedras e gabinetes, o Iluminismo francês se transformou em uma verdadeira máquina de

guerra apontada para os abusos seculares da Igreja e da nobreza, que dividiam todo o poder ao se legitimarem mutuamente.

Essa guerra – ou, melhor, essa guerrilha, sempre clandestina e subterrânea, por razões óbvias – teve como seu fruto mais visível a Revolução Francesa, ainda que, em tudo e por tudo, pode-se dizer que os antigos ideais libertários, igualitários e fraternos dos próprios iluministas acabaram sendo traídos por ela – e igualmente por razões óbvias. Afinal, os interesses envolvidos nessa mudança de sistema, que pleiteavam maior liberdade individual e política (em resumo, lutavam pela liberdade de expressão, pela liberdade religiosa, pela separação entre Estado e religião etc.), iam muito além da luta iluminista pela libertação humana, embora isso não tenha impedido esse movimento de estar na base das mais genuínas frentes de batalha e de transformações sociais que eclodiriam naquele século e, mais ainda, nos seguintes.

Sim, os jogos do poder são bem mais perversos e a verdade é que a política não é feita por filósofos, mas é claro que a emergência de um pensamento crítico, que colocava em juízo as “verdades absolutas” que há séculos legitimavam os abusos cometidos pelos poderes, não poderia deixar de produzir cicatrizes, de abrir fendas, fissuras, nesse sistema (e, claro, não poderia deixar de abrir definitivamente as portas para novas críticas e contestações contra todas as formas de opressão). O problema é que são muitas as forças e as variáveis atuando nesse momento; muitas são as insatisfações sociais, e também muitas são as ambições que se cruzam nessa verdadeira trama do poder.

É assim que vemos nascer, com o Iluminismo francês, uma filosofia de cunho mais político, cujas críticas são intensamente difundidas por manuscritos e impressos clandestinos de surpreendente circulação, sendo também digno de nota o fato de

que tais críticas acabaram sendo apropriadas tanto pelas camadas mais instruídas da sociedade, que também tencionavam levar a cabo seus próprios combates, quanto por um segmento do Terceiro Estado bastante descontente na época, no caso, a burguesia, que ansiava igualmente por ainda maiores transformações — já que, na prática, era ela quem sustentava economicamente o Antigo Regime, embora continuasse sem ter qualquer voz, qualquer poder político.

Ao lado, portanto, de uma crítica propriamente filosófica, dirigida contra o poder absoluto dos monarcas, contra os privilégios de sangue e contra o domínio teológico-político e cultural da Igreja — que ainda queimava seus hereges em pleno século XVIII —, veremos começar a pulular outros interesses políticos, alguns até mesmo antagônicos e, sobretudo, como ressaltamos acima, novos focos de luta legítimos, que, embora ainda incipientes, eram igualmente prementes, ainda que tais causas estivessem bastante invisibilizadas em função dos atavismos sociais e da naturalização de muitas dessas opressões. Referimo-nos aqui à opressão feminina, mas também à dos negros que foram escravizados (e que por mais que, na época, já houvesse algum clamor em torno da ideia dos direitos universais dos homens, a escravidão ainda permaneceria durante longo tempo), e também, com pouca ou quase nenhuma ressonância na época, mas nem por isso menos arbitrária, à tirania que a nossa espécie sempre exerceu sobre todas as outras espécies do planeta.

Sobre esta última forma de opressão, a título de curiosidade e também para mostrar como a desconstrução da lógica opressora acaba passando por toda e qualquer tirania humana, independentemente de quais sejam as vítimas, foi também nesse momento de contestações que o movimento que no século XX

seria chamado de “causa animal” fez sua entrada em cena, mesmo que timidamente – a saber, em uma nota de pé de página da renomada obra do jurista e filósofo inglês Jeremy Bentham, “Uma introdução aos princípios da moral e da legislação”, de 1789 (curiosamente, no mesmo ano da Revolução Francesa). É surpreendente ver como Bentham emprega ali o termo tirania para falar também da nossa relação com os animais, além do fato de que é também nessa nota que aparece, pela primeira vez, mesmo que de modo breve, o tema da senciência animal – que, em suma, é a capacidade de ter, de modo consciente, sensações e sentimentos, incluindo-se a dor, o sofrimento – algo que havia sido arbitrariamente negado em relação aos animais por Descartes (embora a experiência sempre tenha sido profícua em mostrar o contrário disso).

Hoje isso já não nos surpreende tanto, levando-se em conta que até a ciência da época terminava por corroborar os preconceitos e abusos cometidos contra os negros, por exemplo, que chegavam a ser pensados como destituídos de alma – ideia que acabava sendo fortalecida por pesquisas, ditas científicas, que defendiam que eles sentiam menos dores que os brancos. É claro que estamos aqui diante de um discurso capcioso que invade até as áreas de saber que mais se orgulham de ser absolutamente compromissadas com o conhecimento objetivo, e, ainda que nos cause profunda indignação a hierarquização dos homens para justificar a usurpação de seus direitos (algo que as mulheres conhecem ainda há mais tempo, e com relação aos próprios homens), é fato que, para nos elevarmos à condição de seres verdadeiramente morais, precisaremos reconhecer que o mesmo discurso que diminui os negros e as mulheres para dominá-los é o que sustenta como natural a tirania exercida sobre todas as formas

de vida do planeta: a saber, a hierarquização dos seres (que legitima a ideia de que apenas a nossa espécie tem verdadeiros direitos à vida). Não sem razão tal tirania nos levou hoje a um desequilíbrio climático de proporções gigantescas.

Sim, antes mesmo da escravização dos negros, as mulheres já passavam por isso. Por tantas vezes, a ciência corroborou a ideia da inferioridade do sexo feminino, tendo sido a mulher inclusive pensada durante longo tempo como uma espécie de homem imperfeito, incompleto. Na verdade, não era tão extraordinário encontrar em meio a dados científicos valiosas ideias como a de que, no fundo, só um sexo, o masculino, existia verdadeiramente. E obviamente é impossível não ver, em todas as formas de opressão humana, a ressonância das ideias religiosas vigentes, que, se não se infiltravam no espírito da ciência como um todo, ao menos ressoavam em muitos homens de ciências. É assim que a própria ideia da mulher como um “homem incompleto” e, por isso mesmo, mais vulnerável e fraca, está profundamente enraizada no espírito da época pelos ensinamentos do Velho Testamento judaico-cristão, onde, no livro do Gênesis, a mulher, nascida de uma costela do homem, não deixava de ser um apêndice do único ser que teria sido integralmente feito “à imagem e semelhança de Deus”.

Não é sem razão, portanto, que buscamos trazer aqui um panorama mais geral do século XVIII e das questões que o atravessam, porque é preciso, mais que tudo, entender que a luta do Iluminismo francês acabou se convertendo em uma luta contra os poderes instituídos, que levavam os indivíduos a acreditar em uma ordem eterna e imutável do mundo. Por mais críticas que se possa ter contra os partidários convictos da razão, estamos falando daqueles que sabiam que as lutas pela ampliação

dos direitos, a luta pela liberdade individual e social, a luta pela própria fraternidade, esbarravam sempre na religião e na moral vigentes, nos costumes e valores atávicos, ou seja, em tudo aquilo que sustenta o *status quo*.

Nesse sentido, e levando-se em consideração que apenas um pensamento verdadeiramente crítico pode descortinar a opressão e a exploração humana, parece-nos bastante perigosa esta verdadeira cruzada atual que se dirige contra a chamada “razão ocidental”, considerada, por muitos estudiosos, como a principal (e, às vezes, até a única) responsável pelos grandes males do nosso mundo. Mas nada, no entanto, parece-nos mais ingênuo do que, primeiro, supor que existe uma só “razão ocidental”, ou mesmo uma só “razão grega” (quando nem mesmo entre os gregos antigos o conceito de razão era unívoco – e é só comparar a ideia de razão sistematizada por Platão e Aristóteles e a forma como os sofistas e os filósofos não metafísicos a entendiam) e, segundo, porque diminuir cada vez mais o alcance da razão e, conseqüentemente, do pensamento em seu poder de criticar e transformar a realidade é uma porta mais do que aberta para o fortalecimento de forças que sempre estiveram, em menor ou maior grau, ao lado dos poderes estabelecidos. E é claro que aqui estamos nos referindo às forças religiosas devidamente institucionalizadas.

Sem dúvida, é impossível negar que a luta atual contra o chamado eurocentrismo, que envolve todo o processo da descolonização, é mais do que necessária e urgente para que possam eclodir outras formas de pensar e viver que não sejam as do homem ocidental, branco, heterossexual etc., mas não se pode ser ingênuo a ponto de não perceber outros interesses que se entrelaçam nesta cruzada. Necessária também é a distinção do valor

da filosofia como pensamento crítico real do uso político que os poderes sempre fizeram dela. Na verdade, está mais do que na hora de começarmos a nos perguntar de que “razão” estamos falando quando esta legitima os poderes que nos violentam, excluem e hierarquizam as vidas, e que “razão” está verdadeira e inextricavelmente comprometida com a libertação humana.

Parafraseando Kant, está mesmo na hora de sairmos de nossa infância duradoura e, para tal, precisamos compreender que o pensamento também não pode servir às demandas políticas sem levar às últimas consequências a crítica a essas próprias demandas, porque se é verdade, repetimos, que é preciso dar voz a outros mundos que foram dominados e sufocados, mesmo assim é preciso prudência para não cairmos na armadilha de eleger novos modelos de vida e existência. Assim, é preciso, antes de tudo, desfazer os “nós” que nos enredam em uma miríade de interesses, alguns justos, outros demasiado sórdidos e tirânicos, na sempre complexa trama política, da qual, tal como em um *iceberg*, só conseguimos vislumbrar a ponta.

É preciso, então, ter o cuidado para não liberar, nesta luta em prol de nossa própria descolonização, as forças nada libertárias que se contrapõem à razão, pois, se é certo que Nietzsche levou a fundo a crítica da própria razão, também é mais certo ainda que ele não fez isso com o intuito de mergulhar o pensamento no irracionalismo, mas, ao contrário, desejava libertá-lo de seus pressupostos metafísicos implícitos e das prisões demasiado lógicas e excludentes dos raciocínios formais. Dito de outra maneira, a verdadeira finalidade de Nietzsche era ampliar os poderes críticos e criativos do próprio pensamento e não aumentar a potência do mundo mágico-religioso. Em poucas palavras, se continuarmos lutando cegamente, e de um modo até

certo ponto pueril, contra “a razão ocidental”, talvez em breve só nos reste reclamar das consequências das próximas “revoluções”, que, tal como a francesa, coloquem no poder forças que perpetuem ainda mais a opressão e a exploração.

Enfim, uma vez contextualizadas todas estas questões que se entrelaçam, falemos agora diretamente das mulheres, objeto destes escritos, e que são as que mais longamente foram oprimidas pelo que chamamos de “patriarcado”, termo que foi e continua sendo muito usado na luta feminista por igualdade social e de direitos entre homens e mulheres. O patriarcado (palavra que remete a pai, patriarca, ou seja, ao homem como a figura central da família, o líder, o chefe) é o nome dado a um sistema que privilegia absolutamente o sexo masculino ou, mais precisamente, o sistema que, desde as primeiras grandes civilizações, usurpou o direito das mulheres de exercer funções que não fossem a do lar e a do cuidado da família.

No patriarcado, como sabemos, vigora a ideia de que apenas os homens são talhados para governar a vida social, política, econômica e moral, devendo ser as mulheres absolutamente tuteladas por eles, por conta da sua fragilidade física e mental – algo que, como já dissemos, a própria ciência, em muitos momentos, ajudou a reforçar, como, por exemplo, quando defendeu durante muito tempo que a menstruação seria uma doença que enfraquece a mulher. Em poucas palavras, e, claro, guardando-se as devidas proporções e diferenças entre os campos sociais, as mulheres, em geral, e com raríssimas exceções, foram subtraídas por completo da vida política e do exercício de qualquer profissão. As exceções à regra dizem mais respeito à condição das mulheres aristocratas, tais como princesas e rainhas que, na falta de um homem na sucessão real, eram elevadas à condição

de governantes. E também no caso de aristocratas que podiam ter alguma ilustração, ainda que também vivessem subordinadas aos homens durante toda a vida, passando diretamente da tutela do pai à do marido, e devendo estrita obediência a ambos.

É claro que, em tese, estas ideias já não circulam mais tão abertamente nos meios sociais, mas é fato também que elas continuam bem vivas, como tivemos a ocasião de observar (com consequências que vivemos bem de perto) com o atual fortalecimento político da extrema-direita ultraconservadora em várias partes do mundo. Como também tivemos ocasião de perceber, o vínculo com a religião exerce papel central na legitimação dos poderes autocráticos tão ambicionados por esta porção radical da direita que defende com todas as forças o patriarcado.

Mas, voltando ao século XVIII, em uma época na qual se dá, nas palavras da historiadora Lynn Hunt, a “invenção dos direitos humanos”, uma ampla série de costumes e comportamentos abusivos, tidos até então como “naturais” ou “mandamentos divinos”, começaram a ser objetos de reflexão e até mesmo a ser apresentados como usurpações – embora uma das vertentes mais polêmicas da luta pela igualdade seja exatamente a que envolve as mulheres, já que até mesmo alguns filósofos iluministas tinham dificuldade para vencer os preconceitos e a desconfiança que atingiam o sexo feminino. Seja como for, pode-se dizer que as primeiras manifestações em favor dos direitos iguais entre homens e mulheres, já em um contexto iluminista, datam das últimas décadas do século XVII, por meio dos escritos do filósofo cartesiano francês François Poullain de La Barre (1647-1723).

Considerado por muitos como o primeiro “feminista”, Poullain de la Barre se tornou conhecido por obras como

“Da igualdade entre os dois sexos” (1673) e “Da educação das damas para a conduta do espírito nas ciências e nos costumes” (1674), nas quais ele desenvolve os principais argumentos em defesa da igualdade dos gêneros, a saber: 1 – o homem e a mulher são, em princípio, iguais, física e intelectualmente, diz ele; 2 – a inferioridade que se apresenta nas mulheres é produto das circunstâncias históricas e de sua longa sujeição a um mundo absolutamente masculino; 3 – com uma educação semelhante, diz o filósofo, as mulheres logo se igualariam intelectualmente aos homens e poderiam se ocupar das ciências e da política; 4 – essa educação é negada às mulheres exatamente para perpetuar os privilégios masculinos, para que os homens possam conservar o controle absoluto sobre o chamado “sexo frágil”.

Ainda que a obra de Poullain de La Barre não tenha tido uma estrondosa repercussão e nem dado origem a um novo gênero de reflexão filosófica, não podemos dizer que ela não tenha semeado ideias subversivas em algumas cabeças pensantes, já que enunciava com sólidos argumentos algumas verdades que, até então, não costumavam ser objeto de problematização. A ideia, por exemplo, de que a inferioridade perceptível das mulheres na sociedade não era uma determinação da natureza nem uma punição de Deus pelo pecado original abria perspectivas inéditas, especialmente entre algumas mulheres da elite, que também tinham pretensões intelectuais e alimentavam o desejo de liberdade. Infelizmente, tais pretensões nem sempre foram bem-vistas, nem mesmo por filósofos ditos revolucionários (o que só prova que se trata de um preconceito estrutural, que extrapola o próprio tempo).

É assim que, de um lado, temos um Voltaire, cuja longa convivência afetiva e espiritual com a marquesa de Châtelet o levou

a chamá-la de “vasta e poderosa gênio” e “Minerva da França”, por sua intelectualidade inegável, enquanto, de outro lado, temos um Rousseau, pródigo em criticar as mulheres intelectualizadas, que, segundo ele, estariam trocando os seus “deveres femininos” por um pedantismo estéril. E quando pensamos que por “deveres femininos” se entende, no fundo, os mesmos ideais bíblicos, entendemos como, em Rousseau, eles ganham ainda o reforço da razão. Explicando melhor, em sua obra *Emílio*, Rousseau chega a afirmar que tais considerações sobre a mulher não configuram mero preconceito, mas que se trata de uma determinação tanto da natureza quanto da razão. Em outras palavras, a mulher foi talhada para cuidar da família e, nas palavras do revolucionário Rousseau – ao menos quando se trata de pensar a propriedade privada como a verdadeira causa dos conflitos e das guerras, ou quando produz a ideia do bom selvagem que, estando mais próximo da lógica natural e da vida, está, por consequência, mais distante da corrupção da vida social estatal – a verdadeira função da mulher, diz ele, deve ser a de “agradar ao homem”.

Como é possível perceber, nem mesmo alguns notáveis pensadores da liberdade, da igualdade e dos direitos para todos conseguiram levar suas reflexões até o ponto de se desfazer de alguns preconceitos que, como bem se diz, foram sugados junto com o leite materno. Mas, entre contradições e exageros, entre a pura misoginia e a idealização da figura feminina, vemos ali, como já dissemos, se esboçarem as grandes questões e reflexões que incendarão os séculos seguintes.

É claro que ainda estamos bem longe das grandes lutas feministas do século XX, que levaram, de fato, a transformações inimagináveis em outros tempos. Mas, independentemente de todos os avanços reais, os direitos femininos ainda não são

completamente respeitados e não se pode sequer dizer que exista uma verdadeira equiparação entre homens e mulheres. Sem falar que, em culturas mais conservadoras, a mulher continua vulnerável e exposta a opressões e violências terríveis, e que em alguns lugares elas não têm assegurado sequer os direitos mais básicos à vida e à liberdade, continuando a ser tuteladas pelos homens do início ao fim de suas vidas.

De fato, não é uma tarefa das mais simples explicar como, depois de toda a luta das mulheres para expandir seus direitos — que vão desde o direito mais elementar de ser livres, no sentido de não estarem mais submetidas à tutela dos homens, de poderem votar, ou seja, de poderem escolher seus governantes e de participar ativamente da vida política, de poderem exercer cargos públicos e terem uma profissão, ou até mesmo o direito de serem a dona do que deveria ser mais seu do qualquer outra coisa, o seu corpo —, ainda possam existir mulheres que continuem aferradas ao “antigo posto” de dona de casa, mãe de família e esposa exemplar. Mas isso é exatamente o que estamos tentando mostrar aqui o tempo inteiro: que é no campo das ideias que se dão as verdadeiras batalhas e guerras; que o mundo concreto só se transforma quando as ideias que o sustentam são colocadas em juízo, são dessacralizadas em nome, antes de tudo, de uma justiça social, de uma equidade de direitos, em nome do respeito às diferenças, tanto individuais quanto coletivas.

É claro que o problema maior não está em ser uma dona de casa, e muito menos ser mãe ou esposa; o problema é continuar acreditando que esta é a única e verdadeira função da mulher ou, em outros casos, quando elas precisam trabalhar para ajudar na sobrevivência da família, que elas continuem sobrecarregando seus corpos e almas com o governo do lar, os tais “deveres femininos” dos

quais Rousseau ressaltava e que são próprios de um patriarcado que insiste em se perpetuar – encontrando, como não poderia deixar de ser, um solo mais fértil entre os espíritos mais religiosos (que, por essência, são mais dogmáticos e menos críticos).

Em tudo e por tudo, é vital conhecer os primórdios de uma revolução que podemos dizer que ainda continua em andamento. Eis, então, que trazemos aqui uma coleção de obras originais, escritas (ou traduzidas) por homens e mulheres da França do século XVIII (e talvez, em alguns casos, até por homens que se faziam passar por mulheres, uma vez que tais obras eram quase sempre clandestinas), nas quais é possível encontrar exemplos bastante pertinentes daquilo que se pensava sobre as mulheres e sobre a própria existência feminina em seus aspectos mais significativos. Estes textos, com temáticas e abordagens bastante diversas, fornecem o panorama de uma sociedade em transformação, que começava a se desfazer dos últimos vestígios da Idade Média para poder entrar em nova era, onde aos poucos os direitos femininos deixariam de ser vistos como uma extravagância para se tornarem um dos mais urgentes problemas da nossa sociedade.

Enfim, é neste período que a revolução feminina dá os seus primeiros passos, embalada, como já foi bastante tratado anteriormente, pelos ideais democráticos iluministas. E pode-se dizer que foram passos tão firmes que não se admitiu mais, sem resistência, qualquer retrocesso – algo que fica evidente com as lutas, já no século XIX, pelo direito ao divórcio e pelo sufrágio feminino, ou seja, a luta pelo direito de votar, negado desde sempre às mulheres. Mas não nos enganemos: os mesmos tiranos que estão sempre à espreita, esperando a oportunidade certa de usurpar os direitos do povo, são os que também aguardam sorrateiros a hora de poder reverter o jogo e submeter todas as